

Rádios comunitárias brasileiras na internet. FACES e interfaces da democratização da comunicação comunitária em tempos de tecnologias atuais no Nordeste

Orlando Maurício de Carvalho Berti*

Resumo

Apresenta-se um estudo quantitativo refletindo a situação, a presença, os deslocamentos e as inserções das rádios comunitárias brasileiras da região nordestina (a mais pobre do país). Mostram-se as emissoras radiofônicas nordestinas que se assumem comunitárias e que têm presença na internet (de maneira *offline* ou *online*). O “estar na Internet” as diferencia das web-rádios, principalmente porque se estudam emissoras que estão não só na internet, mas também no ambiente territorial. Metodologicamente são feitas comparações, balizadas em pesquisa bibliográfica e pesquisa *online*, a fim de compreender essa presença na internet, suas consequências e atuais vertentes para o campo da Comunicação Social. Um dos pontos-chave é justamente a retroalimentação entre os processos comunicacionais territoriais e virtuais, beneficiando o verdadeiro ato de fazer comunicação comunitária radiofônica. Esses processos comunicacionais são agregacionais, e não concorrenciais.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Rádio. Rádio comunitária. Democratização da comunicação. Internet.

Abstract

This article presents a quantitative study reflecting the situation, presence, displacements and insertions of Brazilian communities in the Northeastern region (the poorest in the country). Radiophonic Northeastern communities that resemble communities on the Internet (offline or online). The “being on the Internet” as a difference of webradios, mainly because we study stations that are not only on the Internet, but also in the territorial environment. Methodologically, comparisons, statistical research and on-line research are made, understanding this presence on the Internet, its consequences and current trends for the field of Social Communication. One of the key points is precisely a re-education between the evasive territorial communication processes, benefiting the true act of making community radio communication. These communication processes are aggregated and not competitive.

Keywords: Community communication. Radio. Community radio. Democratization of communication. Internet.

* Jornalista. Professor universitário, extensionista e pesquisador da UESPI – Universidade Estadual do Piauí (campus de Teresina, Piauí, Brasil). Doutor em Comunicação Social pela UESP – Universidade Metodista de São Paulo (em São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil) sob orientação da professora Dra. Cílicia Peruzzo. Pós-doutorando no último semestre em Comunicação, Cidadania e Região, também na UESP. É mestre em Comunicação Social pela mesma universidade. Desenvolve uma série de projetos de pesquisa e extensão ligados ao Sertão do Nordeste do Brasil, entre eles o Projeto de Extensão de Formação de Comunicadores Comunitários e Populares do Sertão do Piauí, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa e a Agência de Notícias Cidadãs e Populares do Sertão do Piauí. Contato: orlandoberti@yahoo.com.br.

Introdução

As rádios comunitárias permanecem como tema premente em estudos, discussões sociais e práticas no mundo da Comunicação. Nota-se a cada semestre, em praticamente todas as cidades brasileiras, maior proliferação de emissoras de rádio assumidas como comunitárias. É um processo normal, já que as rádios comunitárias tendem a alcançar os lugares em que estão inseridas ou a ser meios fáceis para divulgação de ações político-partidárias e religiosas.

Há rádios que se identificam com esse tipo em praticamente todas as cidades brasileiras (tanto em zonas rurais, como urbanas), mas entre dizer-se comunitária e agir comunitariamente há um fosso colossal. Assumir-se comunitária também é vantajoso, ao menos no sentido de identidade em relação aos meios de comunicação comerciais-hegemônicos (também conhecidos e tratados por convencionais), historicamente alinhados ao poder econômico e político, dando mais vazão ao social propriamente dito.

Há, ao menos, trinta mil emissoras que se dizem comunitárias funcionando (de maneira constante ou temporária, legalizada ou clandestina, ou ainda de forma livre ou anárquica) em território brasileiro.¹ Mesmo com o aumento constante da legalização de rádios comunitárias (temática mais que polêmica, dada a forma como isso tem ocorrido), uma parte das emissoras não

legalizadas tem conseguido manter seus ideais e programações pela internet.

A Rede Mundial de Computadores também é utilizada como forma de propagação das ideias e programações dessas emissoras, notadamente para lugares mais distantes, fazendo assim uma retroalimentação não só no próprio território, mas envolvendo membros da comunidade que estão fisicamente fora dela.

O objeto de estudo deste trabalho são justamente as rádios comunitárias que estão na internet, tendo como *corpus* as emissoras do Nordeste do Brasil. Esse recorte se dá principalmente pelas ligações do autor do trabalho com a região e, mais ainda, pela carência acadêmica de referências acerca da temática, além da obrigação científica no sentido de dar respostas aos movimentos e emissoras sobre esse fenômeno tão premente.

A problemática do estudo reside principalmente em descobrir o atual perfil dessas emissoras na conjuntura comunicacional e suas consequências para a comunicação comunitária radiofônica. Objetiva-se entender, refletir e traçar o perfil dessas emissoras que se dizem comunitárias, presentes no Nordeste do Brasil, que têm interfaces na internet.

No campo metodológico foi feito um estudo quantitativo, notadamente a partir do momento em que houve um mapeamento dessas rádios. Utilizou-se o sítio de conglomerado de emissoras radiofônicas <Rádios.com> (2013), principal repositório de emissoras de rádio do Brasil que estão na internet.

Primeiro separaram-se todas as emissoras do país que se dizem comunitárias, chegando-se a um número de 1.069 rádios. A opção por este sítio foi a mais adequa-

¹ Esses dados, mesmo não oficiais, caracterizam a maior rede informal de meios de comunicação nacional. Esse tipo de emissora está mais presente nos lugares em que a maioria dos meios comerciais e convencionais não está. São as rádios comunitárias, notadamente as de compromisso social, o tipo de emissora que pode falar mais da, na e para as comunidades, notadamente as dos lugares mais isolados e esquecidos, nas zonas rurais e periferias urbanas do Brasil.

da, principalmente porque a pesquisa no Google, o motor de busca mais utilizado, retornou não mais que 400 resultados para a expressão “rádio comunitária”. Esse apanhado, de acordo com o sítio <Rádios.com> (2013), até o prazo final para término deste artigo, elencava 289 emissoras, que se autodenominavam rádios comunitárias na região Nordeste. O recorte é complementado com pesquisa bibliográfica sobre rádios comunitárias e rádios comunitárias na internet, seguida de reflexões.

O artigo é dividido em quatro partes. A primeira, “As rádios comunitárias no Brasil”, trata sobre comunicação comunitária radiofônica em si, notadamente em seu aspecto teórico.

A segunda, “As rádios comunitárias na internet”, também teórica, trata das diferenças e dos tipos de FMs comunitárias que estão na internet e suas respectivas características.

A terceira, “A atual distribuição das rádios comunitárias no Brasil – a presença dessas emissoras na internet. O caso nordestino”, apresenta o *corpus* da pesquisa, tratando sobre os dados em si.

A quarta e última parte, “As lições das rádios comunitárias na internet no Nordeste do Brasil”, aborda, de forma analítica, a elucidação do problema de pesquisa propriamente dito, trazendo-se as reflexões e contribuições científicas dessa temática, notadamente no intuito de traçar melhores estratégias para o mundo da comunicação comunitária radiofônica brasileira, em especial a nordestina.

As rádios comunitárias no Brasil

As rádios comunitárias no Brasil são atualmente alvo de polêmicas e fonte de

virtudes. As polêmicas residem principalmente no sentido de que esses canais são utilizados de forma a continuar a hegemonia dos outros meios de comunicação ditos tradicionais ou até ligados a grupos de poder, além de serem utilizados por agremiações políticas-partidárias e religiosas (notadamente cristãs, católicas e evangélicas) para a manutenção de seu *status quo* em prol apenas de grupos e não de uma coletividade.

As virtudes, por outro lado, residem, sobretudo, em sua capacidade de fazer uma comunicação diferencial.

Em um Brasil continental por natureza e com disparidades e heterogeneidades regionais, não há um padrão de rádio comunitária, mas emissoras com intencionalidades mais ou menos comunitárias, legalizadas ou não. O grande desafio do movimento de rádios comunitárias nacional é justamente fazer uma comunicação mais abrangente, diferencial, e que realmente beneficie as comunidades.²

Parte-se do conceito balizador de rádio comunitária como sendo uma emissora *da* comunidade, *na* comunidade e *para* a comunidade,³ ou seja, ela tem de estar inserida nos limites da comunidade, tem de ser pensada para os grupos sociais que ali vivem e, principalmente, servir a esses grupos.

Uma emissora comunitária não pode ser mais uma repetidora dos outros meios de comunicação, ela tem de ser uma construção coletiva, principalmente para trazer o sentimento de pertencimento, como des-

2 O conceito de comunidade é defendido como um espaço de pertencimento, territorial ou não, onde haja congruência social, notadamente no sentido de solidariedade orgânica em prol do bem comum.

3 O grifo é necessário justamente pela importância e diferenciação dessas ações em uma comunidade e/ou grupo social.

taca Alain Bourdin (2001), em que o mais importante hoje em uma convivência comunitária não é estar na comunidade, mas fazer-se presente através de ações nessa própria comunidade.⁴

No Brasil, a Lei nº 9.612/98 regula-menta as rádios comunitárias, e seu concei-to oficial é apresentado pelo Ministério das Comunicações como:

[...] um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entrete-nimento e lazer a pequenas comu-nidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comu-nicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divul-gação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. [...] Deve divulgar a cultura, o conví-vio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de uti-lidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. [...] Não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religio-sas etc.

Extrapolando as atribuições elencadas no conceito oficial, as rádios comunitárias também exercem funções como: tratar do local; vivenciar perspectivas contra-hege-

mônicas; valorizar a cultura local e a plu-ralidade; e, notadamente, instigar a cidadania. Márcia Detoni (2004, p. 279), reunin-do os aspectos teóricos mais aceitos, classi-fica rádio comunitária como a que tem:

[...] programação voltada para os pro-blemas e realidades do bairro ou re-gião, que valorize a cultura local e te-nha um forte compromisso com a edu-cação para a cidadania; participação direta da população ao microfone e na produção dos programas; participação da comunidade no gerenciamento e na definição dos programas da emisso-ra por meio de assembleias coletivas; finalidade não lucrativa. Os recursos para o funcionamento da emissora são arrecadados através de apoio cultural e de contribuições da comunidade.

E em meio às novas sociabilidades é que as verdadeiras rádios comunitárias (uma parte das existentes no país) continuam se adaptando, se reinventando e, principal-mente, tentando fazer a diferença em prol das próprias comunidades nas quais estão inseridas.

A comunicação comunitária radiofônica no Nordeste brasileiro

Quando se parte para o Nordeste, a mais paradoxal de todas as cinco regiões do Bra-sil, encontra-se um cenário comunicacional ainda mais conturbado. Veem-se conglo-merados comunicacionais regionais, nota-damente ligados ao poder político-partidá-rio e econômico, geralmente comandados por famílias tradicionais. Historicamente, um dos primeiros meios de comunicação

⁴ Esses conceitos também são trabalhados em nossa dissertação (2009), inclusive com comprovações no sentido empírico de como ocorre essa comunicação e alguns casos no sentido de sua retroalimntação com a internet.

populares a fazer frente a essa hegemonia comunicacional foi a rádio comunitária, principalmente no sentido de dar (ou tentar dar) voz a quem não tinha. Nessa conjuntura foi que surgiram na década de 1980 as primeiras rádios comunitárias na região, das quais muitas funcionam até hoje, continuando a fazer a diferença.

Mas o movimento de rádios comunitárias no Nordeste não cresceu sem ser incomodado. Em meio a perseguições, fechamentos e até mortes, o movimento a cada dia sofre novas baixas, como o fechamento quase que diário de rádios ainda não legalizadas e, principalmente, o coronelismo eletrônico de nova geração. Como explicam Cristiano Aguiar Lopes e Venício Lima (2008), parte dos canais de rádios comunitárias tem sido apropriada por políticos detentores de cargos eletivos, justamente para legitimar no local e nas comunidades seu poderio. Esse alerta tem acendido o sinal vermelho no movimento, principalmente a partir de 2012, quando o Governo Federal, após anos de pressão, vem abrindo mais canais de rádios comunitárias para o Nordeste.

Enquanto essa briga de braço, de foices e de direito de falar e ocupar o espaço radiofônico é travada, emissoras, legalizadas ou não, bem como as que tentam se legalizar, usam novos espaços e tendências para veicularem suas programações. Uma das grandes novidades que se espalham na região é justamente a internet, que, com suas possibilidades anárquicas e socializantes, pode conferir diferenciais e tons inovadores às rádios comunitárias.

As rádios comunitárias na internet

As rádios comunitárias na internet são um fenômeno relativamente novo no movi-

mento de rádios no Brasil. Esse fenômeno se dá principalmente a partir do início do século XXI, com a sedimentação das primeiras emissoras legalizadas e, principalmente, a partir da descoberta desses novos canais virtuais como forma de propagação das ideias das emissoras temporariamente fechadas. A isso aliam-se a popularização da internet e, principalmente, o consumo massivo e o maior conhecimento de ferramentas que permitem de maneira fácil e barata a transposição das ondas físicas para o mundo virtual.

Segundo Cicilia Peruzzo (2006), essas estratégias servem para novos empoderamentos sociais, sendo que a participação desses novos atores na internet traz novidades e evoluções para o movimento de rádios comunitárias, refletidas diretamente no viver comunitário e nas conquistas sociais.

Nair Prata (2009) enfatiza que algumas das relevâncias da rádio na internet – que ela prefere chamar de Web-radio – são o maior encontro de usuários, ou seja, sujeitos do processo comunicacional, e sua maior interação, chegando-se ao processo de *radiomorfose*, que é a transformação desse processo comunicacional.

As emissoras comunitárias na internet podem existir basicamente de duas maneiras, *offline* ou *online*, sendo que a tendência na atual conjuntura é que haja mais emissoras *online* do que *offline*.

Isso se dá principalmente pela natureza de potencialização dos recursos de interação e interatividade que a Rede Mundial de Computadores proporciona, como participação superior à forma convencional nas emissoras territoriais. Os sujeitos do processo comunicacional são, ou podem ser, mais ativos. A consequência direta dessa maior participação é poder trazer mais ele-

mentos e ampliar o número de atores sociais para melhores dias na discussão e ação em prol de demandas da própria comunidade.

As emissoras *offline*⁵ são as que estão presentes na internet, com sítio ou blogue, mas sem retransmissão de seu conteúdo do ambiente físico. São rádios que estão na Rede Mundial de Computadores mais no sentido de garantir presença para divulgação de sua existência, em espaços também chamados de administrativos, que geralmente contêm o nome da emissora, sua frequência, o endereço e algumas formas de contato (virtual ou físico).

Já as emissoras *online*⁶ são as que têm o conteúdo físico de suas transmissões transportado para a internet (via sistema *streaming* – que permite que a transmissão seja escutada em um computador ou dispositivo móvel). Essas emissoras podem, através de um sítio virtual, ser acompanhadas de qualquer lugar do mundo.

As emissoras *online* ainda apresentam duas subdivisões: estáticas e dinâmicas.⁷

Ambos os tipos também têm partes administrativas, assim como as características das *offline*. As rádios comunitárias na internet estáticas são as que apenas têm a transposição em si da programação física, ou seja, é possível acompanhar a programação do estúdio de maneira instantânea (via *streaming*) por computador ou dispositivo móvel. Já as emissoras *online* dinâmicas são aquelas que, além de oferecer em seu sítio da internet a programação de maneira

simultânea para o usuário, também proporcionam outros canais de interação, que são justamente a possibilidade de poder dialogar com outros sujeitos do processo, participar da programação com pedidos, opinando acerca da qualidade do que é transmitido, utilizando murais, estabelecendo ligações de ideias com as redes sociais virtuais da emissora e outras maneiras de retroalimentar os conteúdos comunicacionais com a programação territorial. Um exemplo é a ligação de canais alternativos para novas demandas perfeitamente potencializadas pelos canais de internet.

A distribuição das rádios comunitárias no Brasil – a presença dessas emissoras na internet. O caso nordestino

A distribuição dos canais de rádios comunitárias no Brasil continua tão desigual quanto a maioria das outras perspectivas sociais e midiáticas no maior país da América Latina. Os critérios são nebulosos e as formas para uma entidade ter autorização de funcionamento geralmente são envoltas em muita polêmica, acusações de favorecimento e politicagem.⁸

Segundo o Ministério das Comunicações (2013), existiam no Brasil 4.758 emissoras de rádio comunitárias legalizadas.⁹

8 A politicagem caracteriza-se como negociações entre grupos políticos, das quais a população é que sai prejudicada, principalmente no sentido dos ganhos sociais.

9 Sendo: 6 no Acre, 69 em Alagoas, 18 no Amapá, 43 no Amazonas, 343 na Bahia, 231 no Ceará, 37 no Distrito Federal, 76 no Espírito Santo, 221 em Goiás, 162 no Maranhão, 91 no Mato Grosso, 92 no Mato Grosso do Sul, 766 em Minas Gerais, 137 no Pará, 155 na Paraíba, 316 no Paraná, 194 em Pernambuco, 103 no Piauí, 143 no Rio de Janeiro, 131 no Rio Grande do Norte, 442 no Rio Grande do Sul, 46 em Rondônia, 6 em Roraima, 201 em Santa Catarina, 610 em São Paulo, 37 em Sergipe e 82 em Tocantins. Dessas, há 4.449 totalmente autorizadas e outras 332 com autorização em caráter provisório.

5 Em tradução livre, “desligado”.

6 Em tradução livre, “ligado”.

7 Os termos estático e dinâmico ligam-se perfeitamente com os conceitos da Física, sendo que estático é algo parado, sem grandes movimentações, sem grandes novidades e, mais ainda, praticamente sem interação. O dinâmico é algo em movimentação, constante transformação e que proporciona participação e interação.

Para cada emissora legalizada há, no mínimo, outras cinco não legalizadas, chegando-se ao número total (e informal) de quase 30 mil emissoras de rádio comunitárias (ou que se dizem comunitárias no Brasil). Esse dado é uma prova cabal da importância, ao menos quantitativa, desses canais para o país.

Na distribuição regional, os canais também apresentam disparidade, principalmente se forem levados em conta os lugares mais pobres e unidades federativas ou áreas regionais mais isoladas e mais carentes de presença comunicacional.

No Centro-Oeste, são 441 emissoras (9,27% do total do Brasil); no Nordeste, 1.425 (29,95%); no Norte, 338 emissoras (7,10%); no Sudeste, 1.595 emissoras (ou 33,53% do total do Brasil); no Sul, 959 emissoras (20,15%).

No sentido de entender a distribuição das rádios comunitárias do Brasil, inicialmente fizemos um recorte acerca das emissoras que se consideram comunitárias – o primeiro passo para o recorte metodológico.

É necessário destacar que o número de emissoras é maior, mas muitas apenas se consideram ou se assumem comunitárias, o que as elimina da classificação. Nota-se que regionalmente a distribuição irregular segue o mesmo padrão das emissoras físicas.

Segundo informações do <Rádios.com> (2013), destaca-se que das rádios comunitárias brasileiras que estão na internet 111 (10,38% do total nacional) estão no Centro-Oeste; 289 (27,03%) estão no Nordeste; 40 (3,75%) estão no Norte; 361 emissoras (33,77%) estão no Sudeste e 268 emissoras (25,07% do total nacional) estão no Sul. Se for levada em conta a distribuição por estado, esses números ainda são mais díspares, principalmente para os estados do Norte e

algumas unidades federativas do Nordeste do Brasil. São 1.069 emissoras de rádio comunitárias (ou que se dizem comunitárias) com sítios (*offline* ou *online*) no Brasil.¹⁰

Chegando-se ao *corpus*, nota-se a presença de 289 emissoras no Nordeste do Brasil, distribuídas pelas nove unidades federativas da região.

As lições das rádios comunitárias na internet no Nordeste do Brasil e questões para a democratização da comunicação

A nova conjuntura das rádios comunitárias no Brasil, em especial na região Nordeste, evidencia: discrepância regional (frente ao regional nacional e ao regional interno); estímulo à participação crescente entre os usuários dessas emissoras, mas uma participação não majoritária entre as rádios; ligação das emissoras legalizadas com as emissoras que estão na internet, contrariando a máxima de que a internet é um lugar de continuação da luta para as emissoras não legalizadas e um espaço mais privilegiado a elas.

Em termos de discrepância regional, nota-se que cinco estados nordestinos têm forte presença de emissoras na internet: Bahia (com quase um terço de todas da região), Ceará (com quase 20%), Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Já os estados de Sergipe, Alagoas e o gigantesco Piauí têm poucas emissoras de rádio comunitária

10 São 2 no Acre, 10 em Alagoas, nenhuma no Amapá e Amazonas, 80 na Bahia, 52 no Ceará, 03 no Distrito Federal, 19 no Espírito Santo, 66 em Goiás, 18 no Maranhão, 24 no Mato Grosso, 18 no Mato Grosso do Sul, 159 em Minas Gerais, 13 no Pará, 35 na Paraíba, 90 no Paraná, 43 em Pernambuco, 8 no Piauí, 37 no Rio de Janeiro, 30 no Rio Grande do Norte, 112 no Rio Grande do Sul, 16 em Rondônia, nenhuma em Roraima, 66 em Santa Catarina, 146 em São Paulo, 13 em Sergipe e 9 em Tocantins.

na internet. Nota-se que estas três unidades federativas também amargam as últimas posições entre a maioria das unidades federativas do Brasil em termos de distribuição de canais de emissoras de rádio comunitária. Ou seja: essa disparidade também faz parte da presença mais tímida em ambientes territoriais e virtuais do comunitarismo radiofônico no Nordeste.

Uma das teorias que notadamente precisa ser investigada é que essa disparidade de presença é dada principalmente pelo incentivo das próprias entidades que lutam pelo movimento de rádios comunitárias para que elas estejam na internet, além de sua presença nas lutas também pelas emissoras em ambientes territoriais. A maioria dos casos é fruto de interesse próprio dos comunicadores dessas emissoras em colocar sítios na internet para justamente poderem ter seus sinais alcançando o mundo todo. Uma das grandes intenções é interligar o membro da comunidade que não está na comunidade, principalmente o migrante que vive nas grandes cidades do país e até em outros países. São essas emissoras, via internet, que atualizam, que matam saudades e, notadamente, que continuam estimulando o pertencimento desse migrante, sobretudo sob a forma de retroalimentação de debates de assuntos sociais. Quem faz parte da comunidade, mesmo que de forma virtual, termina interagindo também em cobranças e vivências, participando principalmente quando há espaço em emissoras *online* dinâmicas.

Quanto à questão da participação, destaca-se ainda um número considerável de emissoras de rádio comunitárias na internet na forma *offline* (67 emissoras do Nordeste ou 23,18% do total). Mais da metade das

emissoras do recorte desta pesquisa está sem funcionar no momento, mesmo sendo possível o funcionamento quase a custo zero, utilizando-se as ferramentas corretas de retransmissão e *streaming* (que é o mecanismo que promove a virtualização do conteúdo ao vivo das emissoras de rádio). Quase um terço dessas emissoras (31,84%, ou 92 do total) está *online*, mas apenas retransmitindo os sinais das rádios. Menos da metade, 44,98% (do total, ou 130) das rádios comunitárias do Nordeste do Brasil que estão na internet é que promovem a participação e oferecem conteúdo extra, tipo inter-relação com as redes sociais virtuais, notadamente o Facebook, com murais de pedidos e reclamações, com possibilidade de *chats* com outros usuários da emissora, com oferecimento de canais de notícia de áudio e, em alguns casos, com acompanhamento, por vídeo, do que está ocorrendo nos estúdios da emissora.

Em relação à presença na internet, nota-se que esta ocorre de forma microrregional e, provavelmente (não tendo sido possível constatar nesta pesquisa), sobre consórcios de intercâmbios regionais nas diversas partes de cada estado. Nota-se que muitos sítios são iguais, feitos pela mesma empresa ou então inspirados nas coirmãs. Isso ocorre principalmente para a diminuição de custos e ainda, às vezes, por conta de assessoria profissional para o aproveitamento do potencial total dessas ferramentas.

Nota-se, principalmente, que a maioria das rádios comunitárias brasileiras ainda não está na internet, nem em sua forma representativa. Ou seja, menos de 15% das emissoras nacionais estão na Rede Mundial de Computadores, sendo que em termos de legalizadas esse número aumenta para

aproximadamente 20%, o que configura que ainda essas emissoras têm muito a crescer em termos de espaço e utilização da própria internet.

O movimento de rádios comunitárias também precisa se unir, sobretudo em relação às suas duas maiores entidades, sob o risco de ficar sem representatividade ou das lutas igualitárias terminarem sendo divididas por conta da dicotomia de poder. E essa representatividade e essa união também têm de ser feitas na própria internet.

Considerações finais

As principais razões dos novos *status* das rádios comunitárias na internet no Brasil residem principalmente nas sociabilidades em rede e também nas possibilidades de participação, interação e interatividade, com a presença de novos atores, além da promoção de novas vivências, reverberadas principalmente para a comunidade territorial.

Parte-se da hipótese de que as rádios comunitárias na internet não são elementos concorrenciais às emissoras territoriais, fato que também vale para todos os meios de comunicação de massa. A internet não pode ser encarada como elemento concorrencial no processo comunicacional, mas como elemento agregador, por ter a possibilidade de novas perspectivas nesse mesmo processo.

A presença na internet retroalimenta o processo de comunicação, principalmente se esse processo tem finalidade verdadeiramente social, como é o caso do comunitário em sua essência. Isso se explica notadamente pelo exemplo de membros da comunidade que estão no território e longe dele

e que podem interagir, trocar mensagens, cobrar, participar ativamente e usar esses canais comunicacionais para buscar melhorias para a comunidade.

Porém, não adianta somente as emissoras estarem na internet, se não usarem esse espaço privilegiado, geralmente mais distante das perseguições (em especial para as não legalizadas), no sentido de potencializarem as lutas em prol das próprias comunidades e, mais ainda, no sentido de continuarem instigando a cidadania, um dos alvos principais de qualquer trabalho de emissoras de rádio comunitária no Brasil.

As rádios comunitárias na internet são entendidas como a possibilidade de novas e diferentes vozes, são identificadas como canais de importante vivência e de possibilidades de melhorias, principalmente na gritante situação nordestina. Mesmo com os últimos avanços sociais, graças aos programas de inserção de renda do Governo Federal, a situação de inclusão do Nordeste ainda tem muito a melhorar e, notadamente, a evoluir. Mais um desafio para as emissoras comunitárias. A internet entra no processo, mesmo com a forte exclusão digital, buscando integrar sujeitos; mesmo os ainda não incluídos digitalmente também podem ser beneficiados, principalmente porque o ambiente virtual também traz secundariedade, pois o que é discutido no sítio da rádio também repercute na programação convencional.

A Lei nº 9.6127/98, a conhecida e polêmica Lei das Rádios Comunitárias, como destacamos em artigo apresentado este ano (BERTI; NISHIYAMA, 2013), tem de ser reformulada principalmente para abarcar novas sociabilidades, incluindo as rádios comunitárias na internet.

É mais que notório que o trabalho das rádios comunitárias continua sendo forte e importante para o ambiente real e territorial, mas é inegável que a presença na internet só fortalece o real e o próprio territorial. É o que chamamos de retroalimentação comunitária, e é justamente essa retroalimentação que potencializa os processos comunicacionais radiofônicos comunitários do século XXI. No mínimo, passa pela inser-

ção de novos atores e de novas adaptações, notadamente do próprio movimento.

Finalizamos mostrando que as rádios comunitárias do Nordeste do Brasil que estão na internet são emissoras novas, ainda em processo de busca pela evolução da participação, mas que começam a estar presentes em rincões antes deixados de lado e também como fortes elementos de agregação a novas e positivas sociabilidades.

Referências bibliográficas

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. *Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí*. São Bernardo do Campo, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho; NISHIYAMA, Alexandra Fante. Lei 9.612: 15 anos depois. Sentos e contrassentos da legislação de rádio comunitária do Brasil. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. *Anais...* Ouro Preto, 2013.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Como instalar uma rádio comunitária – manual de orientação*. Brasília: Ministério das Comunicações, 2007.

_____. *Rádiodifusão comunitária*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/dados-gerais/25306-radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em: 26. jan. 2017.

DETONI, Márcia. Rádios Comunitárias: revolução no ar. In: BARBOSA FILHO, André; BENETON, Rosana; PIOVESAN, Ângelo. *Rádio Sintonia do Futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). In: ROLIM, Renata (Org.). *Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação*. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora, 2008.

PERUZZO, Cicilia M. K. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. *Revista da Famecos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 30, p. 115-125, 2006.

PRATA, Nair. *Webradio – novos gêneros, novas formas de interação*. Florianópolis: Insular, 2009.

RÁDIOS.COM. *Rádios comunitárias na Internet no Brasil e no Nordeste*. Disponível em: <<http://www.radios.com.br/cnt/resultado/5/segmento/Comunitarias>>. Acesso em: 14 jul. 2013.